

SÍTIO HISTÓRICO DE IGARASSU: CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL A PARTIR DE AÇÕES DESENVOLVIDAS EM UMA ÁREA TOMBADA

*Fernanda Biondo*¹
*Romero de Oliveira e Silva Filho*²

RESUMO

Tomando como objeto preferencial o Sítio Histórico de Igarassu – PE a partir das experiências de Educação Patrimonial, ali desenvolvidas, o artigo aborda o desenvolvimento dessa área de conhecimento no Brasil, dialogando com alguns marcos legais e utilizando-se do atual conceito de Casa do Patrimônio e das atividades desenvolvidas no município nos últimos anos. Sendo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan a autarquia federal responsável pela preservação do patrimônio no Brasil, sua atuação é abordada, tomando-se como base a trajetória histórica, os contextos políticos e sociais, bem como as reflexões contemporâneas dos técnicos das Superintendências e da Coordenação de Educação da instituição.

ABSTRACT

Focusing on the Igarassu's Historical Site (Pernambuco, Brazil), considering the educational experiences on Cultural Heritage developed there, this paper discusses the history of this area of knowledge in Brazil, dealing with legal issues, using the current concept of the *Casas do Patrimônio* (Heritage House) and the educational activities recently developed in the city. As the *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – Iphan, the federal agency responsible for heritage preservation in Brazil, its actions is discussed using its historical trajectory, political and social contexts, as well as the reflections of the heritage specialists of the Superintendencies and Education Coordinating.

1 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

A concepção de que a educação pode exercer importante papel na proteção preventiva do patrimônio cultural já está presente na Carta de Atenas (1931) – primeira referência internacional dedicada ao patrimônio. Esse documento apontou a educação como um meio capaz de evitar que a “infância e a juventude” danificassem os monumentos e as obras de arte, aumentando seu interesse pela proteção e conservação dos “testemunhos de toda a

¹ Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Estadual de Campinas (2011), bolsista do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desenvolve pesquisa relacionada à atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco com foco na área da Educação Patrimonial.

² Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002), Mestre em Saúde Coletiva (Ciências Humanas e Saúde) pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2004). Técnico do Iphan na área de História desde 2006, trabalhou em projetos diversos como o Estudo de Tombamento do Centro Histórico de Natal (2007), a Instrução do Registro da Festa de Sant'Ana de Caicó (2008), o projeto “O Sopro do Tempo” de Educação Patrimonial (2009) e a Salvaguarda do Frevo (2011 – 2014).

civilização”.³ No Brasil, alguns anos mais tarde, Mário de Andrade, incumbido de escrever o Anteprojeto que daria forma ao órgão federal de defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, também salientou o papel da Educação como um meio capaz de estimular a participação popular no processo de preservação dos bens culturais ⁴.

Desde então, mesmo que timidamente, a educação sempre esteve presente nas práticas do campo do patrimônio, como uma possível ferramenta de estímulo à preservação do patrimônio cultural. No entanto, sua concepção nem sempre foi a mesma. As palavras do então diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan⁵, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, ilustram bem a concepção de educação nos primeiros anos de atuação do órgão:

Em verdade só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é a educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado (BRASIL, 2014, p. 6).

Tal ponto de vista institucional demonstra que o objetivo central das ações educativas era apresentar os bens culturais nacionais a determinada comunidade como herança cultural do povo brasileiro, no sentido de uma “catequização patrimonial”, buscando “por meio da informação, convencer – ou melhor, conscientizar – esse público-alvo da importância de colaborar com as ações preservacionistas realizadas pelo Estado” (SIVIERO, 2014, p. 18). Esta prática institucional pode ser relacionada ao que o pedagogo Paulo Freire denomina de “educação bancária”, ou seja, “o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir ‘conhecimentos’ e valores (FREIRE, 1987, p. 68)”. De fato, em momento em que o campo da proteção do patrimônio estava em construção, era inevitável que os pioneiros

³ As Cartas Patrimoniais foram selecionados e analisados por Isabelle Cury. Ver: CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004

⁴ No Anteprojeto de 1936, Mário de Andrade sugeria a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPAN, destacando a importância da arte, do caráter pedagógico dos museus e das imagens para as ações educativas. Ver: ANDRADE, Mario. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico. In _____ Revista do Patrimônio, nº 30, 2002, p. 271-288.

⁵ Conforme historiado pela Coordenação de Educação do Iphan: “O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, tornou-se Diretoria em 1946 (Dphan); em 1970, assume a denominação de Instituto (Iphan) e, em 1979, de Secretaria (novamente Sphan). Em 1981, passa a Subsecretaria, mantendo a sigla Sphan. Finalmente, em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de Iphan” (Brasil, 2014, p. 5).

tivessem uma atitude mais professoral, atuando como uma vanguarda intelectual que viria a orientar as “massas” sobre o que e como preservar⁶.

Algumas décadas depois, tanto a noção de patrimônio quanto a de educação, passaram por modificações, revisões e ampliações conceituais. O termo Educação Patrimonial foi oficialmente cunhado no Brasil em 1983, no âmbito do Iphan, em meio ao contexto de debates nacionais e internacionais sobre o papel educativo dos museus, no I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos (realizado no Museu Imperial de Petrópolis – RJ)⁷. Definida como “um processo permanente e sistemático, centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, a Educação Patrimonial aparece como uma metodologia de ensino inspirada no conceito de *Heritage Education*, desenvolvido na Inglaterra (HORTA; GRUMBERG & MONTEIRO, 1999). Esse conceito foi adaptado para o Brasil pelas mesmas autoras da obra pioneira da temática: o Guia Básico de Educação Patrimonial, publicado pelo Iphan em 1999.

Desenvolvendo a obra citada, Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grumberg e Adriana Monteiro contribuíram, assim, para a afirmação de um marco que institui o papel e o lugar da educação no campo do patrimônio. O Guia Básico apresenta uma proposta metodológica para estimular o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação das referências culturais que compõem o patrimônio cultural, envolvendo quatro etapas progressivas de conhecimento: observação, registro, exploração e apropriação. Cada etapa estabelece um tipo de relação entre o educando e o bem material determinado, resultando, ao final, na apropriação deste enquanto patrimônio cultural.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 consagrou, no campo social, uma nova ordem, apresentando um conjunto de inovações que a fizeram um marco na transição para o regime democrático brasileiro. Segundo o historiador Ulpiano Bezerra Meneses, até então “era o poder público que instituía o patrimônio cultural, o qual só se comporia por bens tombados” (MENESES, 2012:33). Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 representa considerável avanço instituindo uma noção ampla e plural de patrimônio. Em seu artigo 216 a Carta Magna introduz a dimensão de “imaterialidade” do patrimônio, definida como “formas

⁶ Trata-se de um debate extremamente complexo a análise da chamada “fase heroica” do Iphan, que vai de 1937 a 1967 – período em que o bacharel em Direito e escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade presidiu a instituição. Dado o curto espaço de exposição que se possui em um artigo, no sentido de tornar bem mais clara a questão, remetemos o leitor à obra de FONSECA, 2005.

⁷ No ano de 2009, com a criação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, os museus federais deixaram de ser responsabilidade de direta do Iphan. Contudo, considerando que, em muitos casos os imóveis e o acervo de bens móveis são tombados, a fiscalização do Iphan sobre muitos desses equipamentos culturais permanece na prática.

de expressão, modos de criar, fazer e viver,” modificando-se a premissa do sujeito atribuidor do valor patrimonial. A sociedade civil passa a compartilhar dessa premissa, até então vinculada somente ao Estado:

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 2014b).

Para Ulpiano Meneses, “entre os profissionais, costuma-se considerar que a grande novidade oferecida por esse artigo é a inclusão dos bens de natureza imaterial. Na verdade, o que é radicalmente novo não é uma extensão do horizonte do patrimônio, mas um deslocamento da matriz” (MENESES, 2012:33). O autor destaca essa mudança de paradigma como o grande salto da Constituição de 1988 no que tange ao tema. Além da mudança de perspectiva operada com o deslocamento dos sujeitos atribuidores de valor, ações voltadas para o patrimônio cultural empreendidas a partir de então recebem respaldo constitucional para a inclusão e a participação das comunidades na concepção e execução das políticas públicas, numa orientação de atuação compartilhada. Assim, além de mapear, identificar e proteger o patrimônio, agora se abre a possibilidade da sociedade, a comunidade diretamente afetada, participar de todo esse processo e construir, organicamente, não só a política, mas as ações de salvaguarda desses bens.

Com as mudanças estabelecidas pela constituição, o papel da educação é também repensado e revisado, partindo de pressupostos dialógicos e descentralizados. Somente em 2004, a preocupação em sistematizar e estabelecer diretrizes conceituais para as atividades educativas direcionadas ao campo do patrimônio, ganha lugar no Iphan, por meio da criação de uma Gerência de Educação e Projetos. Nesse mesmo contexto, em 2005 ocorre o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial, fomentando um debate mais profundo e sistematizado sobre o tema. Finalmente, em 2011, quando da realização do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial, são pactuadas diretrizes no campo da Educação Patrimonial, no intuito de fortalecer a rede de instituições e de profissionais atuantes nesta área.

Assim, a partir da experiência acumulada em ações e encontros, atualmente, no Iphan, entende-se que a Educação Patrimonial envolve:

Processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (BRASIL, 2014, p. 19).

Segundo Sônia Florêncio, atual Coordenadora de Educação do Iphan, para muito além da divulgação, promoção e difusão do patrimônio cultural (e dos conhecimentos institucionais acumulados no campo técnico da preservação), a Educação Patrimonial mostra-se como um campo de ações políticas e sociais. Essas ações podem exercer papel decisivo na aproximação da sociedade civil com os órgãos públicos responsáveis pela política cultural “por meio de mecanismos de escuta e observação que permitam acolher e integrar as singularidades, identidades e diversidades locais” (FLORÊNCIO, 2012:25).

2 - CASAS DO PATRIMÔNIO: NOVO PARADIGMA DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Partindo desses pressupostos acerca da Educação Patrimonial, o Iphan formulou um modelo de atuação intitulado *Casas do Patrimônio*. Esse modelo é oriundo de um intenso debate institucional, que contou com a participação de profissionais de áreas diversas (historiadores, arquitetos, antropólogos, educadores), em encontros periódicos, realizados a partir do ano de 2007 no sentido de estruturar e consolidar as ações educativas do Iphan voltadas para a proteção do Patrimônio Cultural brasileiro. O foco do modelo, em aplicação desde 2009, é o estabelecimento de uma nova forma de relacionamento institucional com a sociedade civil, por meio da articulação de agentes e espaços “que promovam práticas e atividades de natureza educativa para a valorização do Patrimônio Cultural, [...] de acordo com uma perspectiva transversal e dialógica, entre o órgão, a sociedade civil e os poderes públicos locais” (BRASIL, 2014:36).

A Carta de Nova Olinda é o documento oficial que estabelece diretrizes, conceitos, objetivos e premissas para a atuação das Casas do Patrimônio. Seu texto foi publicado em 2009, após o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, realizado em Nova Olinda, Ceará⁸. De acordo com este documento referencial, pode-se entender que ao atuar com base no modelo de Casa do Patrimônio, as unidades do Iphan passam a ter por objetivo:

⁸ Para o acesso ao documento, consultar: BRASIL, 2014, p. 45-51; ou: www.iphan.gov.br.

[...] constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do Patrimônio Cultural (BRASIL, 2014, p. 46).

De modo a otimizar sua atuação e contribuir para a promoção de maior envolvimento da sociedade civil, em uma de suas diretrizes, a Carta de Nova Olinda propõe o estímulo à “Formação da Rede das Casas do Patrimônio”. Em suma, essa Rede tem por objetivo integrar as Casas do Patrimônio do Iphan e da sociedade civil, assim como seus instrumentos de operacionalização e manutenção (BRASIL, 2014, p. 49). As Casas do Patrimônio devem, também, envolver todos os segmentos sociais, na esfera pública e privada, que estejam comprometidos com a proteção e difusão do Patrimônio Cultural, com especial ênfase em: escolas e instituições de ensino; associações de moradores; coletivos não formalizados; grupos detentores de bens culturais protegidos; organizações da sociedade civil. O objetivo de estabelecer tais parcerias está centrado num desenho organizacional fundamentado no princípio de gestão em rede das ações educativas de valorização do Patrimônio Cultural (BRASIL, 2014, p. 36-39).

Nesse sentido, é possível perceber através do discurso institucional atual, que o papel das ações educativas e das Casas do Patrimônio é pensado sob a ótica da emancipação, comprometido com a valorização do saber local, partindo de uma concepção libertadora de educação e opondo-se àquela perspectiva de “educação bancária”. Segundo Paulo Freire, a “educação libertadora” orienta-se no sentido da humanização, e afirma a importância da dialogicidade e da problematização, “estimulando a reflexão e a ação verdadeira dos homens sobre a realidade” (FREIRE, 1987, p. 72).

Percebe-se, também, uma proposta de Educação Patrimonial concebida enquanto “atividade transversal”, ou seja, como componente essencial de todo processo de reconhecimento, valorização e preservação dos bens culturais. É dizer, pensar, criar e recriar junto, com sujeitos e grupos populares, um novo saber, por meio do diálogo permanente, reconhecendo a existência de um saber local e contribuindo para a construção coletiva do conhecimento sobre os bens culturais.

3 - CASAS DO PATRIMÔNIO DE PERNAMBUCO

Tendo participado ativamente dos processos institucionais que fomentaram a criação do Projeto Casas do Patrimônio e sob suas premissas de atuação, a Superintendência do Iphan em Pernambuco, nos últimos cinco anos, promoveu a implantação das Casas do Patrimônio localizadas nos municípios de Recife, Olinda e Igarassu. A Casa do Patrimônio localizada em Recife foi inaugurada em 17 de dezembro de 2009, logo após a publicação da Carta de Nova Olinda, tendo sido elemento propulsor de diversas ações educativas, como oficinas para formação de multiplicadores, roteiros de visitação, encontros técnicos, exposições entre outras atividades.

Dentre as atividades desenvolvidas a partir de 2009, destaca-se o projeto “O Sopro do Tempo” (2009-2010), que envolveu todas as áreas de atuação do Iphan, da Arquitetura à Arqueologia, passando pelos Bens Móveis e Integrados, o Patrimônio Imaterial e o então recente conceito de Paisagem Cultural. No projeto desenvolveu-se uma mostra interativa coordenada por técnicos da área de História do Iphan – PE, desenvolvendo-se um trabalho específico de educação patrimonial e mediação cultural, voltado para o público escolar, turistas e a sociedade em geral. Foram estabelecidas parcerias com a Universidade Católica de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco, Prefeitura do Recife, diversas escolas públicas e privadas, entre outras instituições de ensino. As atividades foram desenvolvidas em diversos locais (inclusive o Sítio Histórico de Igarassu), mas tiveram como local preferencial a Casa do Patrimônio – Recife, localizada à Av. Oliveira Lima, 824, no bairro da Boa Vista⁹.

No caso de Olinda, a transferência do Escritório Técnico do Iphan da Igreja do Carmo para o sobrado nº 59, na Rua do Amparo (Sítio Histórico de Olinda), ensejou o desenvolvimento de um projeto de atuação no modelo Casa do Patrimônio. Assim, a partir do primeiro semestre de 2011, junto com o trabalho de fiscalização para preservação da área tombada (cerca de 3.000 imóveis), passou-se a desenvolver atividades junto à comunidade, sendo a primeira delas uma mostra de fotografias em que diversos profissionais da área revelaram Olinda sob sua ótica. Os trabalhos seguem no sentido de estruturar-se um equipamento cultural nos mesmos moldes que o de Igarassu.

Sob a mesma perspectiva institucional, a Casa do Patrimônio de Igarassu surge juntamente com o Escritório Técnico do Iphan, pela oportunidade de fixação da instituição no Sítio Histórico da cidade, e levando-se em conta a proximidade com os municípios de Goiana

⁹ Para compreender os detalhes do projeto, consultar SILVA FILHO & RIBEIRO, 2009.

e Itamaracá, também contempladas no território de atuação do Iphan-PE na região norte do Estado.

O restauro do Sobrado do Imperador, um imóvel situado no Sítio Histórico de Igarassu, foi finalizado em 2009, possibilitando o início das atividades do Escritório Técnico/Casa do Patrimônio a partir de 2010. No caso de Igarassu, há um projeto atualmente em execução que passaremos a abordar. Antes, esboçaremos alguns aspectos históricos e culturais da cidade, no sentido de tornar conhecida dos leitores o objeto da ação educativa.

4 - IGARASSU: BREVE HISTÓRICO¹⁰

Distante cerca de 28 km do centro do Recife, Igarassu caracteriza-se sobretudo pelo seu Sítio Histórico (área de 396,20 m²), contendo exemplares tanto da arquitetura religiosa barroca e maneirista do período colonial (que permanecem com o mesmo uso desde sua fundação) quanto edificações civis (atualmente equipamentos culturais, museus, residências), e seu patrimônio imaterial. Esse inclui o maracatu nação (sendo o Estrela Brilhante de Igarassu o mais antigo do Brasil remontando ao Século XVIII), o mamulengo (teatro de bonecos tradicional trazido pelos jesuítas para a catequese), a culinária tradicional (caldeirada de frutos do mar, receitas em torno da cana-de-açúcar), festas religiosas (como a de Cosme e Damião, comemorada há séculos), entre outros aspectos. Além disso, uma exuberante paisagem natural composta por manguezais, coqueirais, reservas naturais, etc, cercam a área central da cidade, tornando muito bela a vista que se tem a partir do outeiro em que o povoado (depois vila) colonial foi instalada. Uma breve análise da história de Igarassu pode nos fornecer algumas pistas acerca da sua constituição e a sua importância dentro da epopeia que constituiu a colonização de Pernambuco e do Brasil.

Durante o chamado período pré-colonial (1500-1530), as atividades econômicas no Brasil não envolviam a produção e reprodução de bens de consumo. Os interesses da Coroa portuguesa estavam concentrados na busca por metais preciosos e na extração de matérias primas, sendo a principal delas o pau-brasil, que viria a modificar o topônimo da então chamada Terra de Santa Cruz. O modelo escolhido foi o do escambo (economia de trocas do tipo pré-mercantilista).

No caso de Pernambuco, a aventura colonial tem início no ano de 1516, quando D. Manuel I (que reinou de 1495 a 1524) concedeu a Cristóvão Jacques o que ficou conhecido

¹⁰ Este tópico cumpre função ilustrativa, e volta-se especificamente para nossos objetivos neste artigo. Uma análise consistente da história de Igarassu demandaria um minucioso estudo.

como a Feitoria de Pernambuco. Houve, assim, o escambo em uma região situada entre as atuais Igarassu, Itapissuma e Itamaracá, hoje conhecida como Sítio dos Marcos (por ter, sido, ali, instalado o marco divisório entre as capitanias de Pernambuco e Itamaracá). O comércio, sobretudo de pau-brasil, começou a ser realizado, e acirraram-se as disputas entre franceses e portugueses, que caracterizaram os primeiros trinta anos da colonização do Brasil e de Pernambuco. De maneira que, em terras de Igarassu começa a história do Pernambuco colonial (GUERRA, 1984, p. 16-18).

Em 1532 Portugal decide-se pela implementação do regime de Capitánias Hereditárias, após a expedição de Martim Afonso de Souza constatar a precária colonização do país (FAUSTO, 2008), O crescimento do poderio dos franceses e a carência de unidade, devido ao fato de os poucos colonos estarem vivenciando o chamado “cunhadismo”, ou seja, casando-se conforme os costumes Tupis-Guaranis, e tornando-se verdadeiros chefes locais, tornava inviável um controle efetivo da tributação (RIBEIRO, 2013).

Em 9 de março de 1535, ocorre a chegada do capitão-donatário Duarte Coelho à Capitania de Pernambuco, precisamente no local onde Cristóvão Jacques havia instalado a sua feitoria já mencionada¹¹. Veio o donatário acompanhado de sua esposa Brites de Albuquerque, do cunhado Jerônimo de Albuquerque e algumas famílias do norte de Portugal, iniciando o projeto do Pernambuco açucareiro, com uso do capital judeu (SILVA, 2008, p. 16).

Foram fundadas, então, a povoação de Igarassu (1535) e a Vila de Olinda (1537), construídas as primeiras igrejas para a atuação das ordens religiosas e autorizada a construção dos primeiros engenhos de cana de açúcar (GUERRA, 1984, p. 20-23). Ambas as localidades foram construídas no:

[...] alto das colinas, seguindo o modelo lusitano de planejamento urbano, que tirou partido do relevo acidentado e da lógica da defesa militar. As primeiras edificações consistiam nos monumentos religiosos, que foram implantados nos planos mais elevados, privilegiando a visibilidade e o destaque da paisagem. A partir deles, eram definidos os arruamentos e edificado o casario singelo, que se derramava pelas colinas (BRASIL, 2009, p. 6).

¹¹ No primeiro século de colonização, apenas as capitanias de São Vicente (São Paulo) e Pernambuco prosperaram, conseguindo combinar o estabelecimento da atividade açucareira com a gradual integração com as sociedades indígenas. Até o Século XVIII as capitanias foram gradativamente sendo retomadas pela Coroa, subsistindo como unidade administrativa, mas passando a pertencer ao Estado. Este processo foi concluído pelo Marquês de Pombal entre 1752 e 1754 (FAUSTO, 2008, p. 45-46).

Já nesse primeiro momento viria a ser construído um imóvel e iniciada uma tradição vital para a cidade: trata-se da Igreja dos Santos Cosme e Damião e a devoção aos santos padroeiros, prestes a completar cinco séculos. Com construção iniciada em 1535, ela é considerada o mais antigo exemplar de arquitetura religiosa ainda edificada no Brasil. Obra do militar português Capitão Afonso Gonçalves. Este fato é atestado por Pereira da Costa, quando cita carta enviada pelo mesmo ao Rei de Portugal, no ano de 1548 (COSTA, 1952, v. 1, p. 248-9). Tratando-se de um pedido do Capitão-Donatário Duarte Coelho Pereira, ela foi erguida como uma capela singela em agradecimento a sucessos militares no confronto com os Caetés. Uma dessas batalhas, então frequentes, está claramente descrita na obra “Duas Viagens ao Brasil”, escrita por Hans Staden em 1557. A capela só viria a adquirir sua volumetria atual no século XVIII, mantendo as características sóbrias do maneirismo, em contraposição à complexidade de muitas igrejas barrocas do Pernambuco colonial (BRASIL, 2009b).

Igarassu viria a tornar-se vila em 1560, sendo construída a sua Casa de Câmara e Cadeia e o pelourinho. As ordens franciscana e jesuíta se instalam desde o período colonial. Os franciscanos, instalados em Olinda a partir de 1585, chegariam a Igarassu em 1588, construindo um dos mais importantes monumentos da cidade: a Igreja e Convento de Santo Antônio. Este monumento figura como um exemplar da Escola Franciscana no Nordeste, possuindo características barrocas, e sendo ricamente adornado por azulejos em seu interior. Destacam-se os bens móveis e integrados e o rico acervo que o monumento abriga, atualmente, na impressionante pinacoteca composta de diversas obras do período colonial (BRASIL, 2009c).

Também no primeiro século de colonização muitos engenhos foram construídos, chegando-se ao final do Século XVI com cerca de 120 engenhos na capitania, muitos em Igarassu. Em 1700 já seriam 528 (MEDEIROS, 1993, p. 23). Entre esses, viria a destacar-se o Engenho Monjope. Estando em “fogo morto”, atualmente representa um dos melhores conjuntos de arquitetura rural no município de Igarassu, com casa-grande, capela, senzala e boa parte do maquinário para a produção do açúcar e aguardente.

Com a ocupação holandesa (1630 - 1645), a cidade foi destruída e os muitos engenhos da zona rural do município ficaram com funcionamento precário (os senhores acabariam se envolvendo na Guerra de Restauração). Os holandeses preferiram a topografia plana e o porto do Recife para habitar, ganhando essa cidade o primeiro impulso urbano no segundo século de colonização de Pernambuco. É de notar-se que a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia -

um dos imóveis religiosos construídos no período colonial em Igarassu - permanece em ruínas no Sítio Histórico, exatamente da forma que os holandeses a deixaram, como um testemunho vivo das guerras do período.

Após um período de guerras e grandes transformações na Capitania, com a rendição dos holandeses e o crescimento das atividades em torno do açúcar, há um crescimento da cidade com a construção de uma nova Casa de Câmara e Cadeia (1675), da Igreja de São Sebastião (abaixo do outeiro) e do atual Sobrado do Imperador. Este último imóvel, financiado pelos impostos sobre a carne (visto que em fins do Século XVII Igarassu concentrava o comércio dos produtos do Agreste), teve vários usos: Casa de Correição e Aposentadorias, Casa de Câmara e Cadeia (provisória), uso residencial e, atualmente Escritório Técnico do Iphan. Seu nome deriva fato de haver o Imperador Pedro II ter visitado a cidade em 1859, tendo o mesmo visitado o imóvel.

Em meados do Século XVIII, considerando o grande número de escravos africanos no município e a existência de uma Igreja do Rosário dos Homens Pretos, houve a existência de uma irmandade do rosário em Igarassu. Não sabemos exatamente se vinculado a esta (conforme a tese de Guerra-Peixe), surge o primeiro maracatu nação de Pernambuco: o Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu. O grupo, ainda em atividade, é intrinsecamente ligado às religiões de matrizes afro-brasileiras e possui grande força dentro do imaginário e das referências culturais da cidade. Além disso, o Maracatu Nação (forma de expressão musical, poética, coreográfica e cênica) enquanto bem cultural está em vias de ser registrado como Patrimônio Cultural do Brasil.

Em 1810, o inglês Henry Koster visita uma série de vilas e cidades em Pernambuco, assim descrevendo Igarassu:

O lugar demonstra claramente ter usufruído maior prosperidade que a presentemente possuía. Muitas casas têm dois pavimentos, mas estão deterioradas e algumas com aspecto de decadência e ruína. As ruas são calçadas, mas carecem de reparos e a erva cobre vários lugares. Conta muitas igrejas, um convento, o Recolhimento ou Retiro para mulheres, a Casa de Câmara e prisão. [...] É o local de reunião dos agricultores, na distância de muitas léguas, seja para embarcar suas safras de açúcar, seja para adquirir objetos de necessidade. Esta vila contará cerca de oitocentos habitantes, computando as choupanas esparsas pelas imediações (KOSTER, 1942, p. 66).

Esta é uma pequena síntese que caracteriza aspectos relevantes para a história de Igarassu. Todos os aspectos situados possuem relevância para o contexto atual, sobretudo no

que diz respeito ao patrimônio cultural. Consideremos agora alguns dados relativos à proteção legal do município a partir do início do Século XX.

5 - IGARASSU E A OFICIALIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DE SEU SÍTIO HISTÓRICO

O Sítio Histórico de Igarassu constitui, atualmente, um dos mais importantes conjuntos urbanos e paisagísticos de Pernambuco e do Brasil. Já em 1935, o deputado e intelectual pernambucano Mário Melo elaborou projeto de lei garantindo a sua preservação enquanto Monumento Público Estadual. Seguindo-se a essa iniciativa, tendo sido criado o Iphan em 1937, foi tombado já em 1938 o importante Convento de Santo Antônio, incluindo seu adro e cruzeiro. Em 1951, outros exemplares da arquitetura religiosa foram tombados, a exemplo da Igreja dos Santos Cosme e Damião e da Igreja de Nossa Senhora do Livramento. Em 1972 viria a ocorrer o tombamento do sítio histórico, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Além disso, a partir de 1979, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe, reconheceu o Sítio Histórico de Igarassu como monumento tombado em nível estadual (BRASIL, 2009).

6 - O PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA CASA DO PATRIMÔNIO DE IGARASSU: UMA EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

No ano de 2006, iniciam-se as negociações entre a o Iphan e a Prefeitura de Igarassu para a cessão de uso do imóvel conhecido como Sobrado do Imperador ¹². O imóvel é de propriedade da Prefeitura e sua alienação por um período de 10 (dez) anos foi sancionada através da Lei 2.637/2007 e celebrada por contrato assinado em 2009 ¹³. Em 2007 inicia-se o interesse do Iphan em desenvolver projetos específicos de educação patrimonial no território estratégico que incluía Igarassu.

Entre os anos de 2007 e 2009, uma parceria entre Iphan, Prefeitura Municipal de Igarassu, Fundação Gilberto Freyre e BNDES possibilitou a realização de obras de restauro no Sobrado do Imperador, edificação de grande importância histórica. O Sobrado, que se encontrava em estado precário, passou por uma série de intervenções que envolveram piso,

¹² Localizado na Rua Barbosa Lima, nº 122, Sítio Histórico de Igarassu.

¹³ IPHAN - PE. Termo de cessão (permissão de uso) do Sobrado do Imperador, sito à Rua Barbosa Lima, S/N, Sítio Histórico da Cidade de Igarassu / PE para o Iphan. Processo Nº 01498.000543/2009-91, aberto em 14/04/2009.

telhado, reparos em paredes, pintura. As obras incluíram pesquisas históricas, iconográficas e arqueológicas, e revelaram vestígios – alguns dos quais, hoje à mostra no sobrado.



Sobrado do Imperador, Sítio Histórico de Igarassu. Foto acervo Iphan-PE

Após a conclusão das obras, o Iphan instalou um Escritório Técnico no imóvel, que passou a funcionar no sentido de fiscalizar os sítios de Igarassu, Goiana e Itamaracá, enquanto território estratégico. Houve também uma grande procura da população pelo uso do espaço, dada a carência de equipamentos culturais na cidade. Maestros, músicos, artistas plásticos, paisagistas, educadores, arquitetos, historiadores, secretários do poder público municipal, alunos da rede pública – todos esses atores contribuíram para que o Escritório de Igarassu já abrisse suas portas funcionando dentro do espírito de Casa do Patrimônio, enquadrando-se espontaneamente na primeira diretriz conceitual proposta pela CEDUC/DAF: “Comunidades: participantes efetivas das ações educativas.” (BRASIL, 2014, p.20).

Seguindo-se a isso, muitas atividades foram desenvolvidas, seja por proposição do Iphan, seja por demanda espontânea da sociedade civil. Nos anos de 2011 a 2013, a exemplo, a Banda Musical Heitor Villa-Lobos, referência fundamental da cidade manifestou seu interesse em realizar os concertos de formatura no Sobrado do Imperador, com o apoio do Iphan-PE – o que efetivamente ocorreu. Muitas palestras foram proferidas sobre temas diversos, também no mesmo período. Outras ações que podem ser destacadas são oficinas em parceria com a Secretaria de Educação do município realizadas em 2012 e o projeto “Sobrado

dos Bonecos” de 2013, em torno do patrimônio imaterial e da tradição do mamulengo e do teatro de bonecos em geral.

Também já no ano de 2009, a Superintendência do Iphan em Pernambuco, em diálogo com o Departamento de Articulação e Fomento do Iphan, demonstra interesse em articular suas ações por meio do conceito de atuação do Projeto Casas do Patrimônio, resultando nas atividades relatadas no tópico 3 deste artigo.

Com o projeto atualmente em execução (Implantação da Casa do Patrimônio de Igarassu – Sobrado do Imperador), pretende-se trabalhar a educação patrimonial no município a partir dos três eixos de atuação preconizados pela Coordenação de Educação do DAF/Iphan: a) inserção do tema Patrimônio Cultural na educação formal; b) gestão compartilhada das ações educativas; c) instituição de marcos programáticos no campo da Educação Patrimonial.

Em termos teóricos, mesmo não se excluindo de forma alguma os eixos “a” e “c”, houve uma concentração no eixo “b”, devido ao fato deste concentrar-se na ideia de Casa do Patrimônio. Conforme o documento da Ceduc:

A principal estratégia é o fomento à Rede Casas do Patrimônio, que busca reconhecer o protagonismo local das ações educativas de valorização do Patrimônio Cultural, articulando agentes e instituições que possuam, envolvimento com o tema e com os bens culturais. Procura-se, ainda, ampliar a capilaridade e privilegiar ações descentralizadas de uma política pública de Educação Patrimonial, em uma perspectiva de construção coletiva que envolva as três instâncias de governo (BRASIL, 2014, p. 29).

Em termos executivos, o projeto atual consiste na montagem de um equipamento cultural no térreo do Sobrado do Imperador bem como no desenvolvimento de atividades educativas mediadas, tendo como público preferencial os estudantes e professores dos ensinos fundamental e médio. O formato aproxima-se da ideia de “centro cultural” ou “centro de memória”, estruturando-se com base em cinco eixos: patrimônio natural; patrimônio arquitetônico; patrimônio imaterial; patrimônio arqueológico; bens móveis e integrados. São destacados, assim, os mais diversos aspectos do município, desde a sua importância na formação histórica do Brasil e de Pernambuco, até aspectos antropológicos e ecológicos. O projeto básico foi elaborado por uma equipe interdisciplinar de técnicos do Iphan, envolvendo as áreas de Arquitetura (Fábio Torres), História (Romero de Oliveira), Antropologia (Giorge Bessoni) e Design (Aurélio Velho).

Uma ampla pesquisa histórica, antropológica e iconográfica foi realizada para subsidiar a criação de peças gráficas (painéis), documentários (vídeo), aquisição de acervo de

bens móveis relacionados ao patrimônio imaterial (alfaias, mamulengos, indumentária, etc). O espaço térreo está sendo, então, estruturado no formato de uma mostra interativa, em que haverá espaço para a participação de grupos da cultura popular (como o Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu), bem como uma interface com a educação formal, no sentido de trabalhar a história e a cultura do município como tema transversal.

O projeto poderá contribuir ainda com programas oficiais em que o Ministério da Cultura / Iphan já figuram como parceiros através de convênios, como é caso do “Mais Educação” (que insere o tema Patrimônio na educação em tempo integral) e o “ProExt” (voltado para a extensão universitária). Ambos os programas foram criados pelo Ministério da Educação e desenvolvidos em parceria com outros ministérios.

CONCLUSÕES

A educação patrimonial enquanto campo específico de atuação é hoje uma realidade no Brasil. Como vimos, ela sempre esteve presente na atuação dos órgãos de patrimônio, porém de forma esporádica, assistemática e não continuada. Alguns marcos de regulamentação, como é o caso da Carta de Nova Olinda (2009) vieram a trazer diretrizes gerais e orientar ações nacionais nos últimos anos. Esses marcos, contudo, precederam uma legislação específica que estabeleça a sua obrigatoriedade enquanto política pública. Este é um primeiro ponto que levantamos aqui, enquanto necessidade premente: a elaboração e aprovação de um marco legal que institucionalize as ações de educação patrimonial, torando-as uma política de estado.

Em análise comparativa, o fato do Decreto 3.551/2000 ter instituído o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial foi determinante para o crescimento das políticas nesse campo, gerando dezenas de ações de inventário, registro e salvaguarda. Cresceu também o aporte de recursos, tanto via editais federais quanto estaduais, bem como pelo estímulo via iniciativa privada (editais, Pronac, entre outros). Talvez este deva ser o caminho a ser seguido pela educação patrimonial.

Um fator positivo a ser destacado é que a “dialogicidade” - conforme as análises conceituais de Paulo Freyre - proposta nos textos das diretrizes gerais estão sendo vivenciadas na prática. As demandas da população reveladas no texto acerca da Casa do Patrimônio de Igarassu, e as próprias premissas propostas pela Ceduc, Carta de Nova Olinda, etc, foram postuladas com base em experiências concretas, em que se percebe que o maior guardião do

patrimônio é a população. Ou seja, conforme a chamada “constituição cidadã” (1988) foi sendo regulamentada, a participação popular e a descentralização de decisões nas áreas de educação e cultura foi se tornando uma realidade.

Como coloca Aloísio Magalhães, os bens culturais são os únicos “valores permanentes de uma nação”, são pontos de referência que não podem ser postos em dúvida, dado o seu reconhecimento pela coletividade, incluindo-se aí “costumes, hábitos e maneiras de ser” (MAGALHÃES, 1997). Isto não significa que a cultura seja algo dado e cristalizado, posto que é viva e dinâmica. De maneira que, no sentido de manter, mas também atualizar as “referências culturais brasileiras”, fica para a nação a missão de permitir o acesso cada vez mais amplo e democrático às instâncias decisórias de construção do direito à memória e às práticas culturais, e sua inserção na educação formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mário de. “Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico”. In: BRASIL, Governo Federal. **Revista do Patrimônio nº 30**. Brasília: Iphan, 2002.
- BESSONI, George P.; BARREIRO, Fábio Henrique Torres; SILVA FILHO, Romero de Oliveira e. Implementação da Casa do Patrimônio / Iphan em Igarassu – PE (Projeto Básico). Superintendência do Iphan em Pernambuco, 2013.
- BRASIL, Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 2014b, In: www.planalto.gov.br.
- BRASIL, Governo Federal. **Igarassu: Sítio Histórico**. Coleção Rotas do Patrimônio. Brasília: Iphan / Monumenta / MinC, 2009a.
- BRASIL, Governo Federal. **Igreja dos Santos Cosme e Damião**. Coleção Rotas do Patrimônio. Brasília: Iphan / Monumenta / MinC, 2009b.
- BRASIL, Governo Federal. **Igreja e Convento de Santo Antônio**. Coleção Rotas do Patrimônio. Brasília: Iphan / Monumenta / MinC, 2009c.
- BRASIL, Governo Federal. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.
- BRASIL, Governo Federal. “Carta de Nova Olinda”. In: **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.
- COSTA, Pereira da. Anais Pernambucanos. Vol. 1. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife.
- CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª Ed., São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2008.
- FLORÊNCIO, Sônia R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Minc/UFRJ, 2005.
- FREYRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- GUERRA, Flávio. **História de Pernambuco**. Recife: Ed. Raiz Ltda., 1984.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Iphan, Museu Imperial, 1999.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Câmara Cascudo. São Paulo – Recife – Rio de Janeiro – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.
- MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Fundação Roberto Marinho, 1997
- MEDEIROS, Maria do Céu. **Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco – 1659 – 1830**. João Pessoa: Idéia, 1993.
- MENESES, Ulpiano T. B. O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Presto, 2009. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco Preservado: histórico dos bens tombados no Estado de Pernambuco**. Recife: Editor, 2008.
- SILVA FILHO, Romero de Oliveira e; RIBEIRO, Emanuela Souza. **“Casa do Patrimônio de Recife”** – (Projeto básico). Superintendência do Iphan em Pernambuco, 2008.